

A Europa à Procura da Memória

Guilherme d'Oliveira Martins*

Há um livro de Stefan Zweig que deveria ser lido por todos os europeus preocupados com o nosso futuro. Em “O Mundo de Ontem. Recordações de um Europeu”, obra póstuma, publicada em 1944, o escritor austríaco desenha, de um modo impressionante, o contraste entre a placidez e o optimismo dos primeiros anos século XX e os desenvolvimentos que se seguiram. Nada fazia adivinhar a eclosão da barbárie. Nada anunciava os campos de concentração, a intolerância, a cegueira, a loucura colectiva... A Europa parecia ser um lugar pacífico, orgulhoso do seu progresso. Havia o culto da juventude. Na imagem dos homens, em nome desse ditame, as barbas tinham desaparecido, subitamente. As saias começaram a subir, a moda foi-se simplificando, em nome da liberdade de movimentos, e as mulheres deixaram de temer o ar e o sol. “O mundo não só se tinha tornado mais belo, mas também mais livre”. Não havia, aparentemente, sinais inquietantes. Pelo contrário, em cada novo momento surgiam novos motivos de satisfação. Que continente extraordinário era a Europa das grandes avenidas, das comodidades, da água quente e do telefone, dos teatros, das novas bibliotecas e dos novos museus. A bicicleta, o automóvel e os caminhos-de-ferro

*Universidade Lusíada

tinham reduzido as distâncias e tinham dado ao mundo um novo sentimento de largueza e de espaço. “Os dias marcantes da nossa existência tinham maior luminosidade do que os dias comuns”. Nunca a Europa tinha sido tão poderosa, tão rica, tão bela. Nunca tantos tinham acreditado tanto num futuro radioso e inexorável.

Zweig conta, de modo empolgante, a sua visita a Romain Rolland. Mas, a terminar, refere ter sentido que o seu interlocutor “se afligia com a fragilidade do que construímos no mundo”. E isso era tanto mais estranho e inesperado quanto era verdade que esse intelectual consagrado tinha acreditado e celebrado, ao longo da vida, a eternidade da arte. Como poderia ser assim? Afinal a arte e a sua eternidade poderiam “consolar cada um em particular”, mas nada poderiam “contra a realidade”. A frase desencadeou em Stefan Zweig um alerta interior. Alerta passageiro, que o tempo viria a tornar marcante. No fundo, para o autor de “Jean-Christophe”, seria nosso dever não nos mostrarmos imprevidentes e inactivos em face de uma guerra que se aproximava a passos largos. De nada valeriam solidariedades e amizades entre espíritos superiores um pouco por toda a Europa, se tudo se precipitasse. Porém, o certo é que o mundo pouco se importava com as inquietações dos pensadores e dos profetas. As nacionalidades e os egoísmos faziam crescer os sinais de incerteza e de medo. De nada valiam os acordos de família entre as casas reinantes. As massas faziam a sua entrada retumbante nas salas da História.

A Áustria passou a estar no epicentro dos acontecimentos e das ameaças pessimistas. Um imperador ancião viu-se perante um instável castelo de cartas. De um momento para o outro, as nuvens negras começaram a acastelar-se no horizonte. Os impérios tornavam-se inseguros e incertos. Os sinais já vinham de traz, mas ninguém os quisera ver. “Para ser sincero, na época, eu não acreditava na guerra”.

Mas havia indícios a acumular-se, insusceptíveis de enganar fosse quem fosse. Apesar disso, “tudo se apresentava unido e claro a meus olhos”, “o mundo oferecia-se-me belo e carregado de sentido como um fruto delicioso nesse Verão luminoso”. E, de súbito, no dia 28 de Junho de 1914, ocorreu em Sarajevo o “tiro, que, num segundo, fez voar em mil pedaços, como um vaso de terra oco, esse mundo da segurança e da razão criadora, no qual tínhamos sido educados, no qual tínhamos crescido e onde nos sentíamos em casa”.

Esta invocação obriga-nos a lembrar a importância da memória. Assistimos hoje, por regra, ao culto do imediato e da indiferença. O esquecimento é privilegiado. Os meios de comunicação de massa preferem o curto prazo e o efeito fácil. Algumas frases bombásticas, com insignificante alcance e sentido, prevalecem sobre a ponderação dos argumentos, o confronto de ideias e a reflexão, apenas porque o importante é que fiquem no ouvido. Muitas vezes são meros jogos de palavras ou exercícios de puro ilusionismo. E assim o populismo rompe as fronteiras ideológicas e propõe-se fazer do espaço público um grande écran de televisão ou de publicidade. Onde está a sociedade civil? Onde está a cidadania? Onde está a cultura da responsabilidade? Onde está uma hierarquia de valores? Onde está a lembrança da História? Onde está o antídoto para o puro relativismo ético? Por muito que possa parecer estranho, a verdade é que o cerne do debate europeu passa por estes temas e por estas respostas. A construção europeia como projecto de paz, de desenvolvimento e de diversidade cultural exige que a liberdade e a democracia sejam repensadas à luz dos valores europeus da tolerância e do respeito mútuo.

Stefan Zweig disse-nos que os sinais dos tempos devem ser ouvidos e compreendidos. No entanto, não se trata de um mero exercício intelectual, trata-

se da procurar encontrar antídotos que combatam o fatalismo das sociedades adormecidas e anestesiadas, cegas e surdas em relação àquilo que é fundamental. Há cem anos, houve quem pensasse que a paz e a liberdade estavam adquiridas e que não era necessário um sobressalto cívico que as protegesse. Depois de cinquenta anos de guerras e de projectos totalitários, sabemos que nada é irreversível – e hoje, como ontem, a liberdade e a democracia, como a construção da Europa enquanto espaço de paz e de segurança, podem ser postas em causa a qualquer momento. Popper e Bobbio chamaram a atenção nos últimos anos das suas vidas para os perigos das sociedades mediáticas, com défice de mediação democrática. Foram criticados por porem em causa alguns dos bezerros de ouro contemporâneos, mas os alertas que fizeram têm de ser ouvidos... Por outro lado, há quem diga que os totalitarismos do século XX, de Auschwitz ao Gulag, não se repetem. De facto, os perigos de hoje são diferentes. A fragmentação social e política conduz aos populismos e à demagogia. A história não se repete, mas os riscos e os perigos são recorrentes. Eis porque o projecto europeu deverá centrar-se na memória histórica, na lembrança das guerras civis continentais e na procura de uma cidadania activa livre e responsável – baseada na dignidade da pessoa humana, valor essencial do código genético europeu, que deverá ser protegido e garantido.

A sociedade civil não pode ser uma abstracção, tem de se basear na solidariedade livre e voluntária, no associativismo e no altruísmo – e a construção do projecto europeu tem de partir dessa perspectiva, contra os egoísmos e o indiferentismo. A cidadania tem de ser inclusiva, compreendendo que igualdade e diferença são faces da mesma moeda e factores decisivos para que a democracia se renove e se reforce. Os povos e as nações da Europa devem assumir-se como factores de abertura e de diálogo.

A cultura da responsabilidade tem de funcionar nas sociedades contemporâneas numa lógica de rede, em que haja solidariedade cívica (entre pessoas, grupos sociais e gerações), autêntica complementaridade de iniciativas e um sólido espírito de serviço. O entendimento das diferenças e do lugar dos outros (temos de compreender o outro e ainda que nós somos o outro do outro...) revela-se cada vez mais indispensável. A hierarquia de valores é também essencial para que se distingam meios e fins e para que uma sociedade mais humana resulte da igual consideração e respeito por todos. A lembrança da História permite, por outro lado, que os sinais de inquietação e de incerteza possam dar lugar a acções concretas e à criação de instituições que beneficiem da experiência e evitem a repetição de erros passados. E, assim, o antídoto contra o puro relativismo ético tem de resultar de uma convergência entre a ponderação da realidade e a concretização dos valores da liberdade e da justiça.

Eis porque o debate europeu tem tudo a ver com o futuro da democracia. Vivemos um paradoxo: a liberdade e a razão podem abrir caminho ao enfraquecimento das instituições democráticas. Os totalitarismos do século XX alimentaram as ambiguidades sobre essa conclusão. A industrialização de massa aproximou os sistemas económicos, como afirmou Raymond Aron, mas a razão usada em nome da eficiência levou a deixar na penumbra do esquecimento a equidade e a justiça, referidas às pessoas concretas. Stefan Zweig falou-nos de sociedade livres, que se foram metendo (dizemos nós) na lógica da “servidão voluntária”. Esta é a tomada de consciência primordial que não pode ser esquecida. E, se a legitimidade do voto e a legitimidade do exercício tendem a confundir-se, o poder baseado na decisão popular tem de reforçar a sua própria legitimidade, prosseguindo o interesse geral e preservando os valores comuns. Que fazer? Apostar inequivocamente na cultura, na educação

e na ciência, que têm de estar no centro das preocupações de uma sociedade actual – só assim a democracia pode reforçar-se como aprendizagem das regras e das escolhas. As regras não podem, por isso, ser fins em si – têm de ligar-se a princípios e valores e de basear-se em opções claras. Governar é escolher, como disse, lapidarmente, Mendès-France. Hoje, os europeus estão confrontados com a necessidade de antecipar a evolução para poder escolher bem. Teme-se um directório? Teme-se a fragmentação? Teme-se a emergência de um tribalismo? Tudo pode acontecer se não houver escolhas. O directório europeu está-se a construir perante o vazio de alternativas comunitárias. Quanto mais nos afastarmos das propostas da Convenção mais reforçaremos esse indesejável directório dos grandes. A fragmentação continuará se não houver políticas coordenadas sobre o emprego e sobre a coesão, económica, social e territorial, e se persistirem orientações contrárias ao governo económico. Eis por que motivo o esquecimento da história política tornar-se-á fatal. A Europa é não só a história, mas também a capacidade de a superar, porque razão e liberdade não são projectos fechados e definitivos...

*

O que aconteceria se utilizássemos a “máquina do tempo” para antever os próximos acontecimentos em matéria europeia? Seríamos capazes de tirar boas lições das ameaças e das incertezas que dominam o continente? Se há um século havia quem pensasse que estávamos à beira de um longo período de paz, hoje temos de nos precaver... Temos, por isso, de cultivar a memória, para que os erros se não repitam. E que erros são esses? O egoísmo dos Estados, a lógica cega do utilitarismo e a ausência de escala de valores. Submetida aos efeitos de uma máquina do tempo, a Europa não

pode esquecer. Tem de manter viva a memória de uma história plena de perplexidades e desentendimentos e não pode deixar de ligar ética de convicção e ética de responsabilidade. A causa da paz e da segurança não se defende com o egoísmo nacional. O desenvolvimento humano e a coesão social, económica e territorial só se preservam se houver a coragem de reforçar a coordenação das políticas, no sentido da criação de um autêntico governo económico. A diversidade cultural no seio de uma comunidade de Estados livres e soberanos só pode ser garantida se houver capacidade para distinguir os interesses particulares (tribais, regionais, nacionais) e um interesse vital comum. Precisamos de voltar às solidariedades de facto e a uma maior audácia política – perante o interesse vital comum da paz, da segurança, da liberdade, da solidariedade, do desenvolvimento e da cultura da dignidade humana.

Onde a Convenção foi tímida, devemos introduzir maior ambição. Não é aceitável a lógica das várias velocidades. Temos de recusar a tendência intergovernamental. Devemos aprofundar o método comunitário. A soberania de um país como Portugal só será respeitada plenamente se houver mais Europa política e mais poderes para os órgãos que defendam os interesses e os valores comuns, como a Comissão e o Parlamento europeu, devendo este salvaguardar as duas legitimidades, a dos Estados e a dos cidadãos, no exercício das suas próprias competências legislativas. O que está em causa é a criação de uma União Política e Social europeia – que complete a União Económica e Monetária. O euro é uma alavanca, um instrumento. As contas públicas sãs e equilibradas devem ser um factor de equidade e de justiça. Há, por isso, um trabalho cívico e político que tem de ser realizado agora. O projecto de Tratado Constitucional saído da Convenção terá de ser a base para as mudanças urgentes que têm de ser feitas na União. No entanto, temos de

compreender que a crise económica e a incerteza quanto ao futuro não são boas conselheiras no debate europeu. Por outro lado, não importa aos cidadãos uma discussão estatutária sobre as instituições. Precisamos, sim, de causas mobilizadoras que levem as pessoas a compreender que a única saída para a crise actual passa pelo reforço político da União Europeia – como modo de evitar a emergência dum directório de países grandes. Para tanto, precisamos de metas. A estratégia de Lisboa tem de ser concretizada através de objectivos e de meios. Compatibilizar competitividade e solidariedade, eficiência e justiça, educação e emprego, inovação e coesão social obriga a actualizar o paradigma de há cinquenta anos do Estado providência.

Eis porque o que está hoje em causa no debate europeu não é uma mera discussão sobre uma Constituição estatutária e formalista, mas a procura de uma resposta para o cidadão europeu relativamente aos seus problemas e inquietações. Precisamos de projectos de desenvolvimento e de políticas activas de qualificação e emprego que contrariem o egoísmo e a fragmentação. Necessitamos de um novo Relatório Beveridge europeu, que defina um modelo de solidariedade cívica europeia. Por isso, limitar as despesas da União a 1 por cento do PIB seria um grave erro. Insistir num impropriamente designado Pacto de Estabilidade e Crescimento sem coordenação de políticas económicas não faz sentido. Sejam claros, o impasse actual não se resolve com arranjos formais. Precisamos de uma democracia supranacional europeia, na qual os cidadãos se sintam representados e defendidos, com duas legitimidades complementares (a dos Estados e a dos cidadãos). Precisamos de um maior envolvimento dos parlamentos nacionais e de uma maior ligação destes com o Parlamento Europeu. E, sobretudo, precisamos de objectivos concretos – económicos,

sociais, culturais. Na “máquina do tempo” teríamos de saber olhar aos sinais do progresso, pondo-nos de sobreaviso em relação aos sintomas de barbárie...